

## SÚMULA DA 211ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO

24/10/2013

Horário: 13h30min

Folha: 01 de 02 .

Participantes	Sim	Não	Assinatura
MAURÍCIO GARIBA JÚNIOR	X		
CLÁUDIA REGINA SILVEIRA	X		
ALOÍSIO SILVA JÚNIOR		X	Falta Justificada
JOSÉ DE PINHO ALVES NETO	X		
SÔNIA MARIA DE ALMEIDA	X		
LUIZ FERNANDO SEGALIN DE ANDRADE	X		
JOSÉ ROQUE DAMASCO NETO	X		
DOUGLAS DENI ALVES	X		
EDERSON DANTAS DE ALMEIDA	X		
CAROLINE MAES	X		
AMANDA ZUFFO N. DOS SANTOS		X	Falta Injustificada
GUILHERME LOHN		X	Falta Injustificada
GUILHERME TEICHMANN STUMPF		X	Falta Injustificada
RAIMUNDO ZUMBLICK		X	Falta Injustificada
ZILDA DE FAVERI VICENTE SOUZA		X	Substituída por Leticia Schneider Ferreira

### Pauta da Reunião

- Ponto 1 - Aprovação da súmula da 210ª e da pauta da 211ª, Reuniões Ordinárias;  
 Ponto 2 – Reestruturação do PPC do CT de Meteorologia;  
 Ponto 3 – PPC do CT em Informática para Internet;  
 Ponto 4 – Calendário Acadêmico 2014;  
 Ponto 5 – Remoção Interna;

### Resumo das discussões

**OBS: A Assessora de Gabinete de Direção Sra. Zilda de Faveri Vicente Souza foi substituída pela Técnica em Assuntos Educacionais Leticia Schneider Ferreira, na função de compilar as informações, discussões e encaminhamentos tomados pelo colegiado, no intuito de constituir a presente súmula. Participaram da reunião para a apresentação do Ponto 2 o Professor Mário Francisco Leal de Quadro, Responsável pelo Projeto do Curso, bem como a Professora Underlea Cabreira Correa, responsável pelo Curso Técnico em**

### **Informática para Internet, no intuito de apresentar o ponto 3.**

#### **Ponto 1: Aprovação da súmula da 210ª e da pauta da 211ª, Reuniões Ordinárias:**

O Professor Maurício Gariba Jr. iniciou a reunião saudando a todos os presentes e leu a pauta proposta. O Professor Gariba questionou sobre a aprovação da súmula da 210ª reunião do Colegiado e da pauta da reunião da 211ª. A servidora Caroline ficou com dúvida em relação ao ponto 5, sobre o trecho “É questionado o art. 3º Parágrafo 2º o qual afirma: “No caso do técnico administrativo, o processo, quando for o caso, deverá ser analisado junto ao(à) Coordenador(a) do setor a que o servidor está vinculado.” Perguntou se o afastamento do técnico-administrativo também não deveria passar pelo Departamento, pois seria mais democrático e impessoal. Prof. Gariba apontou que tal só seria possível nos Departamentos Acadêmicos. Prof.ª Cláudia sugeriu que se especifique que, nos casos em que estes servidores estejam vinculados a Departamentos Acadêmicos, o pedido passe pelo Colegiado.”, se isso teria sido votado e aprovado. O Prof. Gariba confirmou que sim. A servidora questionou se seria no Colegiado do Departamento e o Prof. Gariba expôs que sim e retomou os pontos principais do debate empreendido sobre este tópico na reunião passada. A dúvida da servidora foi sanada e o Prof. Gariba questionou se haveria outra solicitação. Não houve mais nenhuma dúvida e todos aprovaram a súmula da 210ª reunião do Colegiado e da pauta da reunião da 211ª. Aprovadas por unanimidade.

#### **Ponto 2 – Reestruturação do PPC do CT de Meteorologia:**

O Prof. Mário esclareceu que, após a última reunião do Colegiado, em que teria havido a aprovação do PPC, o grupo realizou uma nova reunião para uma nova avaliação e ressaltou que as considerações dos membros do Colegiado foram acatadas e encaminharam o PPC novamente para a Prof.ª Cláudia. Explicou que as alterações foram: a eliminação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no final do curso, e a inclusão do Projeto Integrador, no período de conclusão do curso, que começaria a ser desenvolvido desde a primeira fase. Assim, o grupo teria 01 (um) ano para desenvolver o trabalho. Seria realizada uma Monografia no início do curso e a disciplina (cujo nome o Prof. não lembrou) que seria único foi dividida em duas: a primeira parte seria de estatística (ministrada por um professor de matemática e outra que será trabalhada pelo grupo da meteorologia. Prof.ª Cláudia evidenciou que, na versão mandada, ficou um trecho sem a realização das correções solicitadas. Prof. José Roque disse que foi feita a revisão, mas que se manteve em diversos momentos o termo TCC (exemplificou o 2º parágrafo do item 4.5.1.), mas que falta apenas realizar esta nova revisão. O Prof. Mário confirmou que realmente a versão enviada continha tais equívocos e que trocaria o termo TCC por PI. O Prof. Mário acrescentou que a ideia é que não seja mais individual, mas, sim, em grupos. A proposta é fazer 3 (três) grupos de, no mínimo, 3 (três) alunos e, no máximo, 5 (cinco), mas lembrou que poderia ocorrer de um grupo se desfazer e o trabalho se tornar individual. A Prof.ª Cláudia sugeriu que a reestruturação do PPC fosse aprovada com esta ressalva para correção. Todos os membros presentes concordaram e a pauta foi aprovada.

### Ponto 3 – PPC do CT em Informática para Internet

A Prof.<sup>a</sup> Underléa cumprimentou a todos e apresentou em powerpoint os principais pontos do curso. A Prof.<sup>a</sup> Underléa destacou que houve um momento de avaliação, de realizar modificações, e de trazer novas propostas. O objetivo geral do curso seria a formação de um profissional técnico, fortalecendo especialmente uma concepção teórico-prática. A novidade introduzida seria o debate de perspectivas éticas, de responsabilidade social, bem como os temas relativos ao meio ambiente e à segurança do trabalho. Entre os objetivos específicos estão: o desenvolvimento de uma visão sistêmica do papel da informação e comunicação na sociedade, baseando-se em princípios da segurança do trabalho; desenvolver estratégias de comércio eletrônico, enfatizando as ações práticas voltadas para empresas públicas e privadas e formando um profissional preocupado com a sustentabilidade, com uma postura imbuída de iniciativa e empreendedorismo e que possa oferecer suporte para problemas de hardware e software, assim como analisar, projetar, desenvolver e testar sistemas de informação e/ou comunicação. A justificativa para o curso ser oferecido em EaD seria para ampliar a oferta e otimizar os recursos públicos. Alguns pontos do currículo foram modificados. O curso terá 3 (três) módulos e 18 (dezoito) meses. A Prof.<sup>a</sup> ressaltou que há uma Unidade Curricular (UC) de Inglês no primeiro módulo; no segundo módulo há disciplinas, como Fundamentos do Desenvolvimento WEB e Projetos de Sistema WEB; e, no terceiro módulo, as unidades curriculares de Desenvolvimento de Sistemas WEB II, Segurança da Informação, Comércio Eletrônico, entre outras. Muitos estudantes, no decorrer do curso, percebem que este não corresponde às suas expectativas, pois desejavam algo mais básico. Assim, a Prof.<sup>a</sup> Underléa refletiu que muitos se evadem sem receber a qualificação que tiveram certificada e, deste modo, foi decidido que fariam uma certificação parcial a cada módulo. No primeiro módulo, o aluno seria certificado como Assistente de Conteúdo; no segundo, como Programador WEB; e, no terceiro, como Técnico em Informática para Internet. A sala de aula será por meio do MOODLE e a Prof.<sup>a</sup> Underléa mostrou, com a plataforma antiga, como é este espaço, destacando que ali o aluno tem acesso ao livro didático, ao minicurriculo do docente, ao plano de ensino, fóruns, o material de apoio, além do auxílio de tutores que monitorarão diariamente as dúvidas operacionais. Ele terá acesso ao conteúdo semanalmente, além das atividades que o professor solicitará. O professor terá preparada toda a semana uma videoaula que também estará à disposição no ambiente virtual. Há diversas formas de interação disponíveis aos alunos: chat semanal (há um calendário indicando as datas), feedback das atividades, fórum de dúvidas semanal, videoconferência, e a visita do professor ao polo. Tal proposta até então não estava sendo feita por falta de estrutura dos polos, pois muitos não possibilitavam web conferência. A Prof.<sup>a</sup> apresentou a figura da página 38, demonstrando que estariam previstos momentos para tirar dúvidas. Cada módulo estaria dividido, no intuito de uma melhor operacionalização: até o momento eram 10 semanas na primeira parte do módulo, mas como são 06 (seis) unidades em um módulo, estava muito pesado, pois este período estava direcionado para a aprendizagem dos conteúdos e para o desenvolvimento de todas as atividades. Há uma disciplina só para que o aluno aprenda a usar o moodle. A Prof.<sup>a</sup> refletiu que 10 (dez) semanas para alguns é suficiente e para outros não, então foi decidido ampliar o prazo para 16 (dezesesseis) semanas. A avaliação será realizada também de modo paralelo. Este é um período para os alunos realizarem as atividades, recuperarem e readquirirem as competências que ficaram pendentes. A avaliação será dividida em: exercícios, com feedback do professor; exercícios com gabaritos,

no qual apenas o gabarito é fornecido; e avaliações obrigatórias. Uma avaliação é feita geralmente na 2ª semana, outra na 5ª semana, e a obrigatória, por meio da qual deve ser conferido um conceito ao aluno, na 8ª semana. Há uma prova presencial (caso ele tenha faltado e justificado, realizará a prova em outro momento e, caso ele não tenha atingido as competências necessárias, fará uma prova de recuperação). Como resultado, a expectativa é a formação de profissionais que permitam o desenvolvimento da Tecnologia da Informação. Neste ponto, a professora encerrou a sua apresentação e se colocou à disposição para os questionamentos. Douglas perguntou se as temáticas mencionadas na apresentação do 1º módulo são determinadas pelo MEC, e a Prof.ª Underlea confirmou que a orientação do MEC é a obrigatoriedade dos temas de ética, meio ambiente e segurança do trabalho. Douglas expôs, então, que estes tópicos são de presença obrigatória nos PPCs de Informática, e a Professora confirmou. A Prof.ª Underléa salientou a presença da disciplina de Inglês no primeiro módulo, pelo fato de que muitos dos documentos relacionados à área são em inglês. O Prof. Gariba realizou uma relação do exposto com a realidade das engenharias e questionou se os termos arrolados nos objetivos específicos, como “analisar”, “projetar”, “desenvolver”, não seriam muito pesados, uma exigência superior à capacidade de um técnico, pois o professor disse que imaginava que a análise seria de competência do Analista de Sistemas. O Prof. Gariba reforçou o fato de que não é sua área de atuação, mas que os termos citados chamaram a sua atenção. A Prof.ª Underléa concordou que são termos fortes, mas que a ideia é quebrar o paradigma de que os técnicos deveriam se ater apenas na repetição de determinadas funções. O currículo contempla disciplinas em que ele aprenderá estas funções, o mercado absorve e exige essas habilidades destes profissionais. Ele vai poder desenvolver programas e pode até ter sua própria empresa. O Prof. Gariba também salientou que, no final do primeiro módulo, o título de “Assistente de Conteúdo” é muito confuso, que parecia relacionado com a disciplina de Português, sugerindo que fosse especificado ou melhor definido, como, por exemplo “Assistente de conteúdo para internet”, ou algum termo mais apropriado. A Prof.ª Underléa explicou que procurou na internet e encontrou esta profissão descrita, mas que tal mudança poderia ser feita. O Prof. Segalin partiu da questão do parecer pedagógico e explicitou que não haveria uma integração entre as UC e perguntou como isso seria feito, pois houve uma conversa com alunos e professores que demandavam esta integração e não percebeu uma formalização após este diálogo. O Prof. acrescentou que é necessário que isto seja colocado no PPC, pois apenas na intenção as coisas se perdem. Se houver reclamações dos alunos, é possível cobrar dos demais docentes, pois muitas pessoas precisam ser lembradas das decisões pactuadas. A Prof.ª Underléa disse que acreditava ter contemplado este ponto, mas, como o professor questionou, certamente não estava escrito de forma clara e ela deveria então melhorar esta redação. A proposta é que a interação entre os docentes seja realizada por meio da confecção do material didático, onde haja um passo a passo e, no final, se obtenha um produto, por exemplo, uma homepage, um diagrama, produto que relaciona tópicos contemplados em várias UC. Prof. Segalin lembrou que a própria estrutura do currículo permite visualizar a compatibilidade das UC. O Prof. José Roque afirmou que ficaria mais fácil chamar de Projeto Integrador, mesmo que não fosse uma disciplina. Prof. Underléa afirmou que teme que o uso deste termo cause confusão e disse que a integração se daria no momento de produção do material. Prof. Segalin refletiu que, de fato, a modalidade EaD é diferente do ensino presencial, é mais complicado, mas deveria ser trabalhada ao longo do curso uma proposta que não possibilitasse que as UC se transformassem em caixas estanques e separadas, e isso deveria ser formalizado no PPC. Prof. Underléa concordou que isso deverá ser trabalhado com

os professores. O Prof. Segalin questionou que os livros seriam por UC. A Prof.<sup>a</sup> Underléa respondeu que todos os livros deverão trabalhar os mesmos temas e que isso deverá ser construído com os professores. A Prof.<sup>a</sup> Cláudia exemplificou o caso do curso de Ciências em que isso foi realizado. Eram 03 (três) professores na UC, foi feita uma interação e foi muito positivo, apesar de ser mais trabalhoso. Prof. Segalin questionou a definição dos polos, ressaltou que a professora Underléa havia exposto que a estrutura passou a ser um ponto essencial na escolha destes polos, que devem permitir a webconferência. O Prof. Segalin acrescentou que fatores políticos e locais estão sendo fortemente considerados, pois cursos que têm surgido em diferentes câmpus do IFSC estão sendo realizados em locais questionáveis. As decisões políticas têm tido um peso exacerbado e o caráter regional estaria sendo meio esquecido, pois não devemos criar coisas onde não existe demanda para elas. Citou o exemplo do curso de Plásticos, Processamento de Polímeros, cuja infraestrutura fora montada com base na instalação de uma empresa na cidade de Caçador e agora a empresa foi embora e o curso se tornou um 'elefante branco'. Douglas relatou uma experiência em que as decisões tomadas consideravam o IDH da micro e macrorregião, e só depois eram feitos os contatos com as prefeituras da microrregião. A ideia é que a distribuição atendessem a todo o estado de SC, a cada macrorregião. Outro item importante foi a avaliação de quais espaços a prefeitura colocaria à disposição e acessibilidade, se a prefeitura disponibilizava o transporte para os alunos, oferecia recursos. Exemplificou com a situação do polo Garopaba, o qual envolvia uma decisão política pesada e que o grupo rejeitou por compreender que não haveria necessidade por ser atendida por São José. Propôs deixar os mapas desta experiência com a Prof.<sup>a</sup> Underléa e afirmou que, só no final deste processo, os polos foram fixados. O Prof. Segalin concordou com o exposto pelo servidor e acrescentou que os responsáveis por fixarem polos em locais onde não se confirma a necessidade, provocando a constituição de um "elefante branco" deveria ser responsabilizado. Prof. Segalin questionou se a perspectiva de atender as macrorregiões estaria sendo atendida e a Prof.<sup>a</sup> Underléa explicou que não teria como fornecer naquele momento o número exato de alunos que se formaram no curso, mas afirmou que acredita que estão se encaminhando para um saldo positivo. Dos 50 (cinquenta) alunos dos polos, a média de formandos tem sido 12 (doze); em alguns se formam 20 (vinte). É difícil comparar, pois as regiões são muito diferentes, as pessoas possuem níveis diferentes, muitos são trabalhadores e dão preferência a este aspecto da vida, pois as pessoas têm suas necessidades e sustentam outros com seu trabalho. Alguns alunos retornam, outros ficam em pendência, a evasão ainda é muito grande. A Prof.<sup>a</sup> Underléa expôs que todo o semestre visitava cada um dos polos e que o curso tinha bastante aceitação, inclusive os alunos e a comunidade pediram que o curso não fosse encerrado, pois gostavam muito. Prof.<sup>a</sup> Cláudia perguntou sobre a questão do parecer da coordenadoria pedagógica, que apontou que as disciplinas de ética, meio ambiente e segurança do trabalho não estavam contempladas na matriz curricular. A Prof.<sup>a</sup> Underléa explicou que a proposta é que não haja UC específicas para tratar destes tópicos, mas que seja um tema transversal que perpassasse todas as disciplinas. Leu, na página 22 (vinte e dois), um trecho da ementa da UC Montagem e Configuração de Computadores, onde estava descrita, entre as competências desejadas, "manusear peças e componentes eletrônicos, seguindo orientações recomendadas em padrões reconhecidos pela segurança do trabalho". Assim, estes temas estariam dentro das ementas, pois, em sua opinião ética, não se aprende em uma UC, mas na prática, como, por exemplo, no caso em que o profissional fizesse uma análise em uma empresa e usasse os dados corretamente, ou fizesse o descarte de peças. Prof.<sup>a</sup> Cláudia perguntou se, então, não seriam UC específicas e, sim, temas transversais, o que

foi confirmado pela Prof.<sup>a</sup> Underléa. Prof.<sup>a</sup> Cláudia perguntou onde está redigida esta informação no PPC e a Prof.<sup>a</sup> Underléa explicou que não saberia se estava escrito de fato com estas palavras. A Prof.<sup>a</sup> Cláudia afirmou que esta informação deveria constar de modo claro no PPC. O Prof. Gariba, à guisa de conclusão, explicitou que foram realizadas algumas sugestões, pequenas observações que devem ser corrigidas e sugeriu que o PPC fosse aprovado com restrições, e que estas modificações poderiam ser apresentadas para que depois o PPC pudesse ser enviado para o CEPE. Todos concordaram com a aprovação com as ressalvas indicadas pelos membros do colegiado.

#### **Ponto 4 – Calendário Acadêmico 2014**

Prof. Gariba esclareceu que, por questões relacionadas aos prazos, foi submetida uma sugestão à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e, para surpresa geral, esta não foi sequer avaliada, não foi ao menos discutida. No caso do nosso Câmpus, só foi possível modificar algo no calendário no período da metade do ano, e não como um todo. A PROEN não abre mão das datas do recesso do final do ano, com as quais não concordamos, porém não houve abertura para diálogo. Prof.<sup>a</sup> Sônia questionou qual a alegação que justifica esta atitude da PROEN. Prof. Gariba explicou que, segundo foi informado, o TCU ou a CGU questionariam a suspensão de dias e tal não seria admitido, o que nos obriga a colocar três sábados em nosso calendário, porém desconhece em quais documentos estão baseadas estas disposições. O professor ainda acrescentou que o Câmpus Florianópolis não apenas cumpre o exigido em lei quanto ao número de dias letivos, 200 (duzentos) dias, como, inclusive, extrapola esta carga horária: são 104 (cento e quatro) dias letivos no primeiro semestre e 100 (cem) dias no segundo semestre. A Prof.<sup>a</sup> Cláudia explicou que foi apresentada para a Pró-Reitora de Ensino esta situação, mas a resposta enviada por e-mail, mostrada a todos, citava claramente que o três sábados incluídos no Calendário não se referem aos dias letivos e, sim, à recuperação do recesso. A professora apresentou o calendário na tela para que todos pudessem observá-lo, e explicou que não havia muito o que fazer, dada a imposição vinda da Reitoria, e leu o trecho “Atenção” que se destaca na planilha do Calendário:

“1. Deverá constar nos Calendários Acadêmicos dos Câmpus pelo menos três sábados com atividades pedagógicas e administrativas sem atividades acadêmicas referentes à compensação dos recessos (\*\*) dos dias 02/05 e 20/06.

2. Para a elaboração do Calendário Acadêmico do Câmpus deverá constar pelo menos dois dias sem atividades acadêmicas, mas com atividades pedagógicas e administrativas antes e depois do início e término de cada semestre.

3. As férias de janeiro e dezembro estão preestabelecidas por este Calendário. As férias de julho, que compreende 5 (cinco) dias poderão ser definidas entre os 14 (quatorze) e 25 (vinte e cinco).”

A Prof.<sup>a</sup> Cláudia afirmou que a primeira semana será voltada para questões pedagógicas e as aulas iniciariam em 10/02. Os dias marcados em amarelo e verde no Calendário e refere às datas dos jogos do Brasil. Nas sextas-feiras e sábados, dependerá dos resultados desses jogos. Debateu-se em torno das datas de 28, 29 e 30 de julho e 17, 18 e 19 de dezembro, se não seria possível fazer ajustes. O Prof. José Roque expôs que já estaria resolvido pela Reitoria. O Prof. Segalin afirmou que deveria ser cobrada a normativa da CGU e da TCU junto à PROEN, pois muitas vezes se joga com o desconhecimento de todos em relação à documentação. Também

deveria ser solicitada a ata da reunião em que este calendário foi aprovado, pois os docentes deveriam estar presentes. Aqueles que estiveram presentes nesta reunião, como Marcelo e Aloisio, afirmaram que o Calendário foi simplesmente imposto. O Calendário teria sido aprovado no Colégio de Dirigentes, o qual, como lembrou o Prof. Gariba, é de caráter consultivo. Prof. José Roque concordou que esta decisão não deveria caber ao Colégio de Dirigentes. Prof.<sup>a</sup> Cláudia expõe que os únicos Câmpus que parecem ter se contraposto foram Florianópolis e Itajaí, os quais iniciaram este debate. Prof. José Roque evidenciou que o problema é que a maioria dos diretores são indicados. Prof. Gariba explicou que a intenção da proposta do Câmpus de um calendário diferente não é agir de uma forma “engana que eu gosto”, mas, sim, priorizar a qualidade de vida, a fim de ter um intervalo maior na metade do ano, para que todo mundo possa voltar descansado e não recomeçar “estourado”. O dia 25 (vinte e cinco) de dezembro está dentro das férias, e ele teria questionado a Elisa, pois é complicado, dia 24 (vinte e quatro) é sempre ponto facultativo. O Prof. José Roque expôs que poderiam perfeitamente pegar três dias antes do Natal e colocar em julho, não haveria problema. Prof. Segalin afirmou que em janeiro deste ano houve um pregão permanente e ligaram da Reitoria, no meio das suas férias, para que respondesse a este pregão em 48 (quarenta e oito) horas. Ele fez a análise, não se negou nem cobrou, porém mostrou-se indignado. Agora está chegando o final do ano e nos obrigam a tirar férias, dizem que não comparecemos mesmo na escola e depois acabam ligando, pedindo para resolver coisas. Prof. Gariba salientou que o Prof. Segalin não tem a obrigação, pois poderia estar, por exemplo, viajando. O prof. Segalin afirmou que, de fato, da próxima vez irá se negar. O Prof. José Roque sugeriu que fizessem um documento, ajustando o Calendário, e que este seja enviado para a PROEN, cobrando que, em caso de negativa, esta fosse devidamente justificada. Douglas concordou que esta atitude é cabível, mas que será “um tiro na água”. José Roque afirmou que não adianta ficar parado. Prof.<sup>a</sup> Sônia disse que deveriam questionar seriamente, pois inclusive estamos com datas extras em relação aos dias letivos. O Prof. Gariba concluiu este ponto, afirmando que serão feitos os questionamentos sugeridos e lembrou que o Sindicato também irá se posicionar em relação ao Calendário.

#### **Ponto 5 – Remoção Interna**

O Prof. Gariba explicitou a solicitação do servidor Adriano Machado, Assistente em Administração, matrícula SIAPE 277517 de realização de remoção interna por motivos médicos. O servidor apresentou laudo do SIASS que confirma a necessidade de remoção do Setor de Audiovisual para a Coordenação de Suporte à Informática, sendo que os setores envolvidos concordaram com o deslocamento do servidor. Todos os membros do colegiado aprovaram a remoção interna. Douglas afirmou que os documentos enviados aos membros do Colegiado que se relacionam às pautas da reunião estão geralmente em formato .doc ou também .docx, o que não é permitido, deveria ser em .odt ou .pdf. Ederson reforçou esta colocação, lembrando as Resoluções de 2009 e 2010, onde está colocado que todos os documentos que circulam no IFSC devem estar em forma de documento aberto .pdf, .odt. Estas recomendações foram acatadas pelos membros do Colegiado, e a servidora Letícia Schneider Ferreira se dispôs a levar esta informação à Chefia de Gabinete

Prof. Gariba agradeceu a presença e a contribuição dada por todos os membros do Colegiado e



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA  
DIREÇÃO GERAL - COLEGIADO DO CÂMPUS FLORIANÓPOLIS

encerrou a reunião.



Av. Mauro Ramos, 950 -Centro  
CEP 88020-300 - Florianópolis/SC  
Fone: (48) 3221-0504  
[www.cefetsc.edu.br](http://www.cefetsc.edu.br)